



## **“Deixados a beira do caminho”: a abordagem da história indígena local na região do Vale do Rio dos Sinos.**

Fabiane Maria Rizzardo\*

Rodrigo Luis dos Santos\*\*

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar como a história dos indígenas que habitavam a região que hoje compreende o Vale do Rio dos Sinos é abordada nas salas de aula, sobretudo nas escolas de cidades da chamada Encosta da Serra (Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Santa Maria do Herval, entre outras), onde há a presença ainda forte da cultura alemã, principal etnia dos imigrantes que se instalaram nessa região. Além disso, queremos compreender qual a percepção, no senso comum, que os estudantes dessas localidades possuem sobre a presença indígena em sua região, a importância que dão para esse fato e quais as razões culturais e históricas, que se manifestam no meio educacional, para se abordar de forma insuficiente a questão indígena na região.

**Palavras-chave:** História indígena. Imigração alemã. Ensino de História.

**Abstract:** The objective of this work is to analyze how the history of the indigenous inhabitants of the region that now comprises the Vale do Rio dos Sinos is discussed in classrooms, especially in the schools of the cities called Encosta da Serra (Estancia Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Santa Maria do Herval, among others), where there is still strong presence of German culture, the main ethnicity of the immigrants who settled in this region. Furthermore, we want to understand the perception, common sense, that students in these locations has on indigenous presence in its region and the importance they attach to this fact and what cultural and historical reasons that are manifest in the educational environment, to inadequately addressing indigenous issues in the region.

**Keywords:** Indigenous history. German immigration. Teaching of History.

### **Introdução**

---

\* Curso de Licenciatura em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Bolsista de Iniciação Científica FAPERG, vinculada ao Instituto Anchietano de Pesquisas – IAP.

\*\* Curso de Licenciatura em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Bolsista de Iniciação Científica FAPERG, vinculado Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiro – NETB, do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UNISINOS.



Embora a historiografia tenha avançado e ampliado significativamente suas pesquisas em diversas áreas, em muitos casos ela acaba ainda recebendo a influência de aspectos vigentes no senso comum. Isso fica mais perceptível quando um dos temas abordados trata das relações interétnicas. Tendo em vista que a historiografia exerce um papel importante na construção de informações e que estas serão, posteriormente, utilizadas em sala de aula, queremos nesse trabalho abordar a questão da história indígena e a forma como ela é exposta e trabalhada nas escolas, tendo como cenários os educandários de uma região de imigração. Escolhemos como recorte espacial cidades da região do Vale do Rio dos Sinos, delimitando algumas onde encontramos ainda forte a presença de aspectos culturais de origem alemã, tendo em vista que essa etnia colonizou a referida região. Cidades como Ivoti, Dois Irmãos, Estância Velha e Santa Maria do Herval constituirão o lócus de nossa pesquisa. Buscaremos aqui, através da análise de algumas situações, exemplificar como é possível perceber que o senso comum acerca da percepção sociocultural dos indígenas é acentuadamente de distanciamento, e que essa percepção interfere na construção historiográfica e educacional no que tange o ensino da história dessas localidades.

### **Uma breve contextualização histórica**

A região do Vale do Rio dos Sinos é conhecida, inclusive nacional e internacionalmente, por ser uma área de imigração alemã<sup>1</sup>, pois São Leopoldo, cidade que foi sede da Colônia Imperial fundada em 1824, para receber estes imigrantes, recebeu o título nacional de “Berço da Colonização Alemã no Brasil”<sup>2</sup>. Em 1846, a Colônia foi elevada a categoria de Vila e, em 1864, transformada em cidade. Diversos municípios que hoje formam a região do Vale do Rio dos Sinos (ou Vale dos Sinos) foram distritos de São Leopoldo. Ivoti, Dois Irmãos, Estância Velha e Santa Maria do Herval estão entre esses distritos, que tiveram suas emancipações efetivadas a partir da década de 1950.

---

<sup>1</sup> Deve-se levar em consideração que, no período em que esses imigrantes vieram para o Brasil, ainda não existia a Alemanha como país unificado e constituído, fato que ocorreria apenas a partir de 1870. Esses imigrantes vieram de regiões como Mecklenburg-Schwerin, Hamburgo, Holstein, Renânia-Palatinado, entre outras regiões. Nesse período, eram regiões que possuíam proximidade lingüística e cultural, mas ainda não constituíam uma unidade político-administrativa.

<sup>2</sup> Título concedido através da Lei Federal nº. 12.394, sancionada em 4 de março de 2011, pela presidenta Dilma Rousseff.



No período anterior à fundação da Colônia Imperial de São Leopoldo e a chegada dos imigrantes alemães, funcionava nesta região a Real Feitoria do Linho Cânhamo, onde cânhamo era produzido para a fabricação de cordas, que por sua vez eram utilizadas em navios. A Real Feitoria foi instalada no denominado Faxinal do Courita em 1788<sup>3</sup>, sendo desativada em 1824, poucos meses antes da chegada dos imigrantes. A antiga sede da feitoria serviu de paradoro para os primeiros imigrantes, que desembarcaram em São Leopoldo em 25 de julho de 1824. Os escravos negros que trabalhavam no local foram levados para outras fazendas pertencentes ao Império.

Estes dois elementos da formação social, econômica, cultural e histórica da região do Vale do Rio dos Sinos são amplamente conhecidos, sobretudo o que tange o processo imigratório. A historiografia acerca do período da Real Feitoria ainda é escassa, assim como a abordagem sobre os moradores de origem lusa ou hispânica dessa região. Contudo, uma parte significativa da história desta região tem sido desconsiderada em um plano geral, sendo que a mesma é anterior e também concomitante com o período da feitoria e da fase inicial da imigração: a questão indígena.

Mesmo constituindo-se como os primeiros habitantes desta região, os elementos históricos e de ensino existentes sobre os indígenas que habitavam a região do Vale dos Sinos são escassos ou seguem, geralmente, uma linha tendenciosa, desqualificando características culturais e sociais dos grupos nativos. Quando analisamos, por exemplo, o site *Rota Romântica*<sup>4</sup>, projeto turístico que engloba cidades da região do Vale dos Sinos, Encosta da Serra e Serra, percebemos que a ênfase histórica maior é dada ao período pós-chegada do imigrante europeu. Pouco é dito sobre os habitantes nativos. Encontramos alguns dados históricos sobre os povos indígenas no espaço reservado aos municípios de Estância Velha, Ivoti e Morro Reuter. Aqui trazemos um exemplo, evidentemente, levando em conta os objetivos do projeto *Rota Romântica*. Porém, podemos estabelecer um ponto de reflexão acerca desse fato: abordar a questão indígena destoaria do objetivo central do projeto? Poderia

---

<sup>3</sup> Não há exatidão na origem da Real Feitoria que foi instalada próximo ao rio dos Sinos em 1788, mas há indicações que a mesma é oriunda da região sul da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, provavelmente próximo de Pelotas, tendo sido fundada por volta de 1783. A transferência deve-se ao fato do solo daquela região não ser o mais indicado para a produção do linho cânhamo.

<sup>4</sup> Projeto turístico e, conseqüentemente, econômico, baseado em modelo existente na Alemanha, que visa criar um roteiro turístico entre cidades de colonização predominantemente alemã, conforme afirmação encontrada no site do projeto. Criado em 1994 e lançado oficialmente em 1995, integram a Rota Romântica as cidades de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Ivoti, Dois Irmãos, Morro Reuter, Presidente Lucena, Picada Café, Nova Petrópolis, Gramado, Canela e São Francisco de Paula. Para maiores informações, queira acessar: <http://www.rotaromantica.com.br/pt-BR>



gerar uma imagem não positiva? E qual a percepção que se tem sobre os indígenas? Essas questões serão retomadas posteriormente.

Sobre os habitantes nativos da região, estudos arqueológicos ocorridos na década de 1980, coordenados pelo Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP), de São Leopoldo, e Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL), de Taquara, apontam que, há aproximadamente 10.500 anos, indígenas da chamada Tradição Umbu, durante seu processo migratório em busca de alimentos, ocuparam a região que hoje constitui o Vale dos Sinos, especialmente na região de Ivoti, Estância Velha e Dois Irmãos. Os indígenas da tradição Umbu tinham uma característica nômade, em decorrência de buscar aproveitar o máximo os recursos alimentares, tendo as mudanças das estações climáticas como fator de orientação. Assim, estes não se fixaram apenas na região hoje conhecida como Encosta da serra, mas também migraram rumo ao centro-sul, nordeste e litoral do Rio Grande do Sul, além de Santa Catarina. Esse processo migratório favoreceu a chegada de indígenas de outras tradições, sendo que, na época da chegada dos primeiros imigrantes alemães, em 1824, os principais grupos que habitavam a região eram os Kaingang, Charrua, Minuano e Guarani. Contudo, as escalas populacionais indígenas nessa região já havia sido acentuadamente reduzida. Habitando fixamente na região, poucos grupos eram encontrados. Por conta do processo migratório de aproveitamento de recursos alimentares, estes grupos, sobretudo o Kaingang, nesse momento, estabelecidos na região do Campo dos Bugres (atual Caxias do Sul), vinham até a região do Vale dos Sinos fazer a coleta de alimentos.

O estabelecimento das colônias dos imigrantes alemães e o processo de demarcação dos lotes e constituição dos mesmos, por conta das orientações legais, configuraram um processo de embate entre os grupos indígenas e os imigrantes. Arno Kern nos aponta que

com isso, ambas as etnias viviam uma situação bastante tensa, pois, enquanto o colono tentava se estabelecer nas terras em que lhe cabiam por determinação imperial, o Kaingang via a penetração efetiva nas terras onde havia nascido. Enquanto os primeiros sofriam com a presença do índio, este, por sua vez, só tinha como última alternativa a retirada (KERN, 1991, p. 336).

Todavia, cabe ressaltar que este processo de retirada não pode ser visto como algo passivo por parte dos indígenas. Ocorreram momentos de resistência e hostilidade. Sobre esse aspecto, retomaremos mais adiante nesse texto, pois o mesmo está intrinsecamente vinculado com a imagem que foi constituída e propagada sobre o indígena, até hoje presente no senso comum e também em sala de aula, embora de maneira reduzida. Buscamos até o momento



traçar um perfil histórico sobre a região por nós escolhida como recorte especial de análise e sobre o processo sociocultural ocorrido na mesma. Agora, iremos realizar uma análise sobre a forma que a percepção acerca dos indígenas ainda é externada e abordada nessa região e como isso interfere no meio escolar, sobretudo no ensino da história local.

### **O senso comum e a interferência no ensino**

A relação entre senso comum e sala de aula merece uma análise mais aprofundada. Embora se busque estabelecer mecanismos que evitem a interferência do senso comum na prática de ensino, este ainda se faz presente de forma acentuada. No que tange o ensino de história local nas escolas da região colonial do Vale dos Sinos, é perceptível que a abordagem ainda traz, além de uma carga superficial, doses de distanciamento social e cultural. Para melhor compreensão desse aspecto, Maria Aparecida Bergamaschi nos diz que

de forma mais geral, podemos deduzir que o sentimento de civilização predominante no Ocidente nos últimos três séculos parte da autoimagem de superioridade diante das demais sociedades. Esse sentimento tem correspondência em alguns setores das elites não européias, como no caso brasileiro, em que a perspectiva de progresso, de desenvolvimento, se colocou na esteira do processo civilizatório europeu. Nesse modelo de civilização não cabe o índio, não cabe o negro e não cabe o mestiço, referências que as elites, de distintas formas quiseram apagar, encobrir, entulhar, deformar, tanto na história, como na escola (BERGASMACHI, 2010, p. 156).

Com base nisso, faremos agora a exemplificação dessa percepção. Enfatiza-se, no senso comum da sociedade, que a chegada e inserção dos imigrantes, no caso específico, alemães, no Rio Grande do Sul e no Brasil, mudou o panorama social e cultural até então existente. Com a chegada dos imigrantes, a sociedade brasileira, vista como “desprovida de ordem e moral”, passou a receber uma dosagem de “cultura, de honra e de civilidade”. Sobretudo, ao se estabelecer diálogos com pessoas de mais idade (e também com pessoas mais jovens, inclusive no ambiente acadêmico), ainda se percebe o discurso do imigrante alemão ordeiro, correto e que não se envolvia em questões políticas<sup>5</sup>. Sem essa atuação dos

---

<sup>5</sup> As pesquisas acadêmicas acerca da questão imigratória e da inserção social dos imigrantes alemães na sociedade brasileira apontam para elementos que rompem com esse paradigma, ainda presente no senso comum e até no meio acadêmico. Conflitos, estratégias econômicas, sociais e políticas, revoltas, acordos, criminalidade, entre outros elementos, se tornaram mais evidentes por conta dessas pesquisas, vislumbrando uma face que tentava se ocultar, envolvendo a imigração alemã. A título de exemplificação, a Tese de Doutorado de Marcos



imigrantes, a sociedade brasileira, mas, sobretudo, a rio-grandense, estaria destinada à selvageria. Este mesmo discurso constrói uma imagem edificante do imigrante e desqualificadora do nativo. Como demonstração disso, analisemos a forma como Herta Patro descreve um confronto entre indígenas e imigrantes alemães, ocorrida em Ivoti, no início do processo de colonização da região:

ali na ponte a cidade teve inicio. Os imigrantes, cada um no seu lote de terra, derrubaram mata, construíram suas choupanas e finalmente plantaram suas roças. Mas aí vieram além dos animais selvagens também os índios para colher o que não plantaram, incendiar e matar. O senhor Gaelzer entrou no mato à procura de seu cavalo e nunca mais voltou. Três anos mais tarde também sua mulher foi morta na roça. Na vizinhança, no Rosenthal, os selvagens assaltaram cinco casas, roubaram e mataram todos, menos uma menina, que tirou o nenê do berço e se escondeu no mato (PATRO, s/d, p. 7-8)

Cabe aqui observar que a autora não é acadêmica, sendo assim, a forma que seu texto é construído está vinculada com a sua percepção e a forma como a história lhe foi contada. Desse modo, ocorre uma reprodução do que há mais de um século é contado como tradição. Mas ajuda a compreendermos como ocorreu e ainda ocorre a construção do imaginário e do discurso sobre as relações entre alemães e indígenas. O imigrante alemão veio para trabalhar e viver sua vida de forma pacífica e ordeira. O indígena, por seu turno, age com má índole, ceifando o que não é de sua propriedade, matando e destruindo. Em outras palavras, o colono é a vítima e o indígena o algoz. Não se trata aqui de inculcar no leitor uma opinião já formulada sobre esse processo, mas demonstrar a percepção introjetada no senso comum e como ela ainda se manifesta. Deve-se, evidentemente, ampliar o campo de análise, pois outros agentes se entrecruzam nesse processo, como, por exemplo, os governos imperial e provincial, que conduzem o processo de demarcação de lotes e colonização, contribuindo para o problema das disputas de terras. Assim, por conta dessa situação, indígenas e imigrantes são colocados em uma zona de atrito, disputando o direito de posse e uso das terras, necessitando agir da forma que lhes era possível, mesmo que fosse por meio da violência (que por sinal, fora utilizada por ambos os lados).

Diante desse panorama, que muitas vezes não possui maior densidade de abordagem dentro das discussões acadêmicas, é possível constatar que ocorre uma interferência do que é

---

Justo Tramontini (1958-2004) aborda essa temática de forma bastante pertinente. Tese esta posteriormente publicada em livro. Por isso, queira conferir: TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.



reproduzido dentro do senso comum no que é trabalhado e ensinado nas salas de aula. Em obra recente, sobre a história do município de Ivoti, a abordagem pejorativa que ainda ocorre dentro da sociedade local e das escolas é destacada, pois, na constatação de Gabriela Dilly e Ana Paula Korndörfer, “no caso de Ivoti e da maioria das colônias alemãs, o índio somente se insere na história do município como o agente perturbador da ordem social, o selvagem sem respeito que ousava incomodar gente de bem” (DILLY; KORNDÖRFER, 2013, p. 34).

Acompanhando trabalhos realizados com turmas dos primeiros anos do Ensino Fundamental, especial o 5º ano, de escolas de Ivoti, Estância Velha, Dois Irmãos e Santa Maria do Herval, foi possível constatar alguns pontos importantes: 1) a questão indígena local foi raramente abordada, contribuindo para uma visão de distanciamento dos alunos para com os indígenas; 2) quando abordada, o discurso, embora não dotado de conotação pejorativa intencional, ficava atrelada com a visão de “exotismo” da cultura indígena, chamando atenção para aspectos de seu folclore e cultura. Os alunos recebiam as informações de uma forma imbuída de espanto, sobretudo ao se falar de ritos de iniciação indígena, como no caso, o que ocorre com as meninas tükuna<sup>6</sup>, cujo rito principal é a Festa da Moça Nova, onde, durante a cerimônia, a menina tem seus cabelos arrancados pelas mulheres mais velhas da tribo, representando o fim de um ciclo: com o cabelo arrancado, morre a criança, nascendo uma mulher adulta com o cabelo que crescerá. Além de trazer um ritual de uma nação indígena de outro ponto brasileiro, não abordando elementos de nações indígenas próximas, esse momento, especificamente, foi transmitido com juízo de valor, enfocando o aspecto de “crueldade” desta cerimônia.

Outro ponto observado que julgamos ser útil a exposição é o fato de que os alunos trazem em si, mesmo que subjetivamente e de forma não tão incisiva, a ideia e o discurso de valorização do imigrante alemão, no caso, seus antepassados, e de marginalização do indígena, visto por eles, adotando a linguagem literária, como os “vilões”. Partindo do pressuposto de que estas crianças recebem uma carga de influência do que é transmitido no senso comum, o que chama a atenção é o fato das escolas, em alguns casos constatados, não buscar desconstruir essa concepção. Pelo contrário, em determinados casos foi possível

---

<sup>6</sup> Essa nação indígena também recebe os nomes de Ticuna e Magüta. O povo Tükuna habita, conforme registros arqueológicos coletados, há pelo menos dois mil anos a região do Alto Solimões, nas fronteiras entre Brasil, Peru e Colômbia. Seu território ocupa, aproximadamente, uma área de 600 quilômetros de extensão. No Brasil, a maior parte destes índios se localiza próximo da cidade de Benjamin Constant, no Amazonas, ocupando também áreas do Chimote peruano e do Trapézio Amazônico colombiano. O número de índio varia entre 35 e 40 mil, sendo que, aproximadamente 26 mil vivem em território brasileiro, 10 mil na Colômbia e entre 5 e 6 mil no Peru.



perceber que professores reproduzem e reforçam o discurso do selvagem e do desordeiro atribuído aos indígenas locais. Não podemos aqui, e nem é essa a intenção, generalizar os fatos. Foi possível ver que existem professores que tentam modificar essa imagem, trabalhando pela valorização de todos os indivíduos que contribuíram para a formação da região e dos municípios ali constantes. Trabalham para que a visão do senso comum não seja a predominante no meio de ensino, contribuindo assim, para que o ambiente escolar possa auxiliar em uma nova visão no senso comum, menos tendenciosa.

Aqui fizemos a exposição de algumas abordagens praticadas em sala de aula em algumas escolas de municípios do Vale dos Sinos, onde a presença de uma cultura alemã ainda é acentuada. Dentro da perspectiva de construção histórica dos municípios aqui escolhidos, em um panorama mais geral, o marco inicial está vinculado, na maioria das vezes, com a chegada dos imigrantes alemães. Antes disso, ou a história é esquecida ou tratada de forma superficial. Essa construção histórica é permeada pelo senso comum e, ao mesmo tempo, pelo que observamos, contribui para a perpetuação da narrativa comum nas comunidades analisadas. Por fim, essa construção histórica aliada com o senso comum se faz conjugar dentro do ambiente escolar, fazendo parte da dinâmica de ensino, mesmo que subjetivamente, pois não podemos afirmar categoricamente que esse fator é intencional.

Faz-se importante, contudo, explicar que o objetivo aqui não é propagar um confronto étnico, edificar ou desqualificar as etnias que aqui abordamos, muito menos promover a generalização dos fatos e das ideias. Queremos sim, é promover a discussão visando ampliar o leque de interpretações e, a partir disso, identificar elementos que impedem uma igualdade de abordagem e coerência na construção histórica e no ensino da mesma, envolvendo todos os agentes históricos que constituem a sociedade brasileira, nas mais diferentes regiões. Aqui, optamos pelo Vale do Rio dos Sinos, mas essa perspectiva de análise pode ser aplicada em ambientes diversos.

### **Considerações finais**

Cabe, nesse momento, retomar algumas questões que foram lançadas anteriormente. Assim como, dentro dos objetivos do projeto da *Rota Romântica*, a abordagem da história indígena local parece não se enquadrar em suas linhas gerais, isso também não pode ocorrer com a construção histórica que emerge do meio dessas comunidades alemãs? A percepção de superioridade que foi construída e perpetuada ao longo do tempo, ainda é um fator





imperativo, que causa influência ao se edificar e abordar a história local? Ao analisarmos com mais rigor esses pontos, podemos perceber que se trata de um processo mais profundo, onde o senso comum é um instrumento utilizado, além de se transformar, também, em um elemento norteador das ações de construção histórica e identitária. Uma relação, desta forma, ambivalente. Por seu turno, os demais agentes históricos e étnicos, dentro desse jogo, são vistos como diferentes. E configurado, como disse Maria Aparecida Bergamaschi, num prisma de civilidade e progresso ocidental, além de diferente, ele se torna inferior.

Com isso, não queremos aqui esgotar esse assunto, o que seria algo pretensioso. Mas o objetivo é justamente contribuir para a promoção do debate acerca desse tema. Embora a questão da história indígena e de sua abordagem em sala de aula possua já uma discussão acentuada, percebemos que este é um ponto ainda não aprofundado no que tange a abordagem da história regional e local, sobretudo nas áreas de imigração, especialmente alemã. Por sua vez, essa abordagem incipiente contribua para uma supervalorização de determinados agentes sócias em detrimento de outros, que ficam categorizados em uma escala de inferioridade. Uma abordagem coerente, sem apelos ao exotismo, mas sim valorizando as riquezas socioculturais e as diferenças, apontando para a formação multicultural e étnica de nossa sociedade, pode ser um instrumento útil para a democratização da cultura e valorização social dos grupos marginalizados.

Embora seja uma concepção que venha sendo até mesmo combatida nos últimos tempos, a escola é, mesmo que involuntariamente, um instrumento ideológico. Nosso trabalho percebeu, mesmo que de forma não tão aprofundada quanto o teme mereça, que ainda há uma tentativa de contar o que denominamos “versão heróica da história da imigração”. Ou seja, uma construção histórica laudatória, de heroicização e edificação do imigrante alemão, de sua cultura e de sua postura diante das dificuldades. Ao mesmo tempo, este imigrante é apontado como vítima, tanto das adversidades da natureza, como da irresponsabilidade e falta de ética das autoridades. Também é vítima do nativo selvagem, que rouba o que não é seu, mata e causa destruição. O nativo, ou seja, o indígena, nessa versão historiográfica propalada no senso comum é transformado em vilão, ser sem cultura, em uma criatura animalesca. Com esse processo, acabamos criando uma história (e conseqüentemente, a perpetuação da mesma, através do ensino, nosso foco aqui de debate) onde apenas a versão de uns é contada. Como nos aponta Dermeval Saviani,

no cenário da História temos os atores e os autores da História, do mesmo modo que numa peça teatral temos os atores e o autor da peça. O autor não



aparece; no entanto, a obra é sua e os atores representam aquele papel que lhes foi designado na trama da peça, trama essa que é obra do autor da peça. Rara os expectadores, os atores estão em evidência e são por vezes cultuados, surgindo como ídolos. Em contrapartida, os autores estão ocultos nos bastidores, ficando, geralmente, na penumbra, quando não são totalmente esquecidos (SAVIANI, 2007, p. 40),

Creemos que um debate historiográfico e educacional pode contribuir para uma revisão dessas concepções presentes no senso comum dessas comunidades. A partir de uma compreensão mais profunda sobre a construção histórica, a atuação de todos os agentes sociais, a intrincada rede de relações culturais que compõe um tecido múltiplo em nosso país, poderemos, ao menos, permitir que todos os atores da História tenham o direito de ser vistos no teatro de nossa sociedade brasileira. E, com base nisso, permitir sua atuação, não apenas como personagens secundários, mas como protagonistas.

E sobre os indígenas da região do Vale do Rio dos Sinos, a questão é fazer com que os mesmos não sejam “deixados à beira do caminho”, tanto na construção da história local, mas também na visão que se tem sobre estes. A escola assume um papel de destaque nesse processo de oportunizar o debate, a reflexão e a compreensão de todos os agentes históricos na construção da sociedade nacional, regional e local. E, diante do que observamos e constatamos, as escolas também devem passar por uma processo de revisão e estruturação, pois as mesmas acabam sendo envolvidas pelo senso comum e assumem o papel, mesmo involuntário, de propagandistas dessas concepções.

### **Referências bibliográficas**

BARROSO, Véra Lucia Maciel et al (Org.). **Ensino de História**: desafios contemporâneos.

Porto Alegre: EST: Exclamação: ANPUH-RS, 2010.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indígenas e ensino de História: a lei nº

11.645/2008 como caminho para a interculturalidade. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al

(Org.). **Ensino de História**: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: Exclamação:

ANPUH-RS, 2010.

DILLY, Gabriela; KORNDÖRFER, Ana Paula. “Ipoti-catu” – Flor bonita. In: KREUTZ,

Roque Amadeu (Org.). **Bom Jardim – Ivoti**: no palco da história. Novo Hamburgo:

FEEVALE, 2013, p. 31-35.



DORNELLES, Soraia Sales. A história em As vítimas do bugre, ou como tornar-se bugre na História. **Anos 90**, v. 18, n. 34, p. 245-278, 2011.

DORNELLES, Soraia Sales. Encontros e (des)encontros ao “fazer a América”: indígenas e imigrantes no Rio Grande do Sul do século XIX. In: **XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH: 50 anos, 2011. São Paulo/SP. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo/SP, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/>, acessado em 26/06/2013.

KERN, Arno (Org.). **Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

PATRO, Herta Sporket. **Ivoti**. Um pontinho no mapa. Edição particular, sem data.

RODRIGUES, Cintia Régia. As legislações para o Nativo e o Imigrante no século XIX na Província de São Pedro: incompatibilidade ou complementaridade. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). **Imigração: diálogos e novas abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

Rota Romântica. Disponível em: <http://www.rotaromantica.com.br/pt-BR>, acessado em 26/06/2013.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: Do Senso Comum a Consciência Filosófica**. 17. ed. revista. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea).

SIMONIAN, Ligia T. L. Os índios do Sul do Brasil e a imigração: breves considerações. In: **Anais do I Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Rotermund, 1977.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

*Recebido em Julho de 2013*

*Aprovado em Agosto de 2013*